

«OS CAMINHOS DA AGRICULTURA DA REGIÃO PASSAM POR REALIZAR ECONOMIAS DE ESCALA»

José Lacerda Fonseca, director regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, orgulha-se das características únicas da região para a actividade agrícola e deixa nesta entrevista várias reflexões sobre a forma como o sector se pode tornar ainda mais competitivo. Com uma ajuda pública de mais de 370 milhões de euros no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural para novos projectos, a DRAPLVT enfrenta grandes desafios e o mesmo responsável fala das dificuldades e das conquistas que se vão atravessando na caminhada.

Ana Gomes Oliveira

A pandemia trouxe grandes desafios a todos os sectores de actividade. De que forma impactou nas vossas operações?

O desafio imposto pela pandemia foi, em grande parte, superado pelo sector, facto bem traduzido na melhoria de saldo da balança comercial, em mais de 400 milhões de euros. Segmentos importantes foram, todavia, claramente afectados, sobretudo os mais dependentes do canal Horeca, para os quais decisões ministeriais libertaram verbas para apoio a estes segmentos, parte dum pacote mais amplo de medidas

de apoio que, rapidamente, foi disponibilizado. Em constante diálogo com as associações e confederações, a governação garantiu que o sector agrícola fosse abrangido pelas linhas de crédito e medidas de *lay-off*, foram assegurados adiantamentos e antecipados pagamentos, reforçadas ajudas directas, discriminando positivamente a pequena agricultura e os territórios menos competitivos, entre várias outras medidas. Como a DRAPLVT tem, também, competências no sector do mar, será de referir terem sido tomadas várias medidas nesse âmbito, pela respectiva governação.



Que adaptações mais significativas foram feitas?

Os constrangimentos trazidos pelo distanciamento social a todos afectaram e exigiram adaptações difíceis, nomeadamente na gestão de meios de trabalho e comunicação à distância. Espera-se que algo de muito positivo fique desta adaptação, forçada e súbita, às novas tecnologias, conseguindo-se novos equilíbrios virtuosos numa situação após a pandemia, nomeadamente no comércio à distância, circuitos curtos e teletrabalho e outras tecnologias que foram introduzidas, também, na DRAPLVT. Durante este período, a DRAPLVT continuou a garantir o fornecimento de bens e serviços essenciais. Nos momentos iniciais do choque pandémico, chegou a existir algum receio popular de corte de abastecimentos que nunca se veio a concretizar, devido à resposta muito positiva da produção e comércio alimentar. Foi um momento de consciencialização do significado essencial da agricultura enquanto produtora de alimentos, ficando ainda mais claro que poucos outros sectores de actividade económica são de tal forma cruciais ao ser humano. O estatuto especial da nossa profissão foi, mais uma vez, realçado, numa trajectória de aproximação entre a cultura urbana e o mundo rural que interessa continuar a aprofundar. Aproximação esta importante, designadamente, na atracção de jovens e capital para o sector, no desenvolvimento de canais de informação valorizadores dos produtos alimentares, na dignificação das diversas funções ambientais, culturais, paisagísticas, sociais e de ocupação do território, numa multifuncionalidade onde este sector, também, é único e precioso para a qualidade da sociedade.

Apesar do contexto pandémico, já se verificou o regresso ao formato físico da Feira Nacional de Agricultura e temos aí a Agroglobal. São bons indicadores para o sector?

Nesta região desenrolam-se, de facto, eventos de grande significado para o sector, expressando o seu papel central na nossa agricultura. Representando apenas 10% da superfície agrícola útil do País, apresenta dinâmicas empresariais distintas, nomeadamente a nível da organização da produção e suas organizações de produtores e mundo associativo. Refira-se que a maior parte dos programas operacionais de Portugal, aprovados ao nível das organizações de produtores, são aqui executados. Já no que respeita ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o qual também inclui o sector agrícola, deve afirmar-se que a sua muito célere concepção, em momento de urgência, corresponde a investimento para alavancar a actividade privada, económica e social. De referir a tónica na inovação e desenvolvimento tecnológico, com 93M€, entre várias outras componentes. O PRR inclui, também, medidas transversais impactantes no sector agrícola, como sejam, entre outras, a cobertura 5G e a requalificação e melhoria de competências. Há razão para optimismo num cenário de superação da pandemia, motivando todos os parceiros ao envolvimento e diálogo e que poderá trazer uma importante onda de crescimento e animação social, a nível mundial.



Até porque os desafios que se avizinham são grandes.

Numa reflexão sobre a recuperação vem à mente, geralmente, a ideia que as dificuldades podem ajudar-nos a evoluir, sendo que o sector se encontra perante enormes desafios e não menores oportunidades decorrentes, sobretudo das tendências globais. Estima-se que em 2050 a população mundial aumente mais de 30% e atinja 9 biliões. Perto de 70% será população urbana, sendo hoje de 34%. Se tudo correr como as projeções indicam, o rendimento disponível das famílias será múltiplo do actual. Só para fazer face ao aumento populacional a produção alimentar terá de aumentar 70%. Novas fontes de proteínas, como insectos e bactérias, poderão tornar-se importantes a nível mundial, mas todas as produções terão de fazer grande esforço. Por exemplo, a previsão é que a produção de cereais terá de aumentar 50%. O desafio é enorme e não se cinge aos aspectos quantitativos. A pressão será para produzir com muito menor pegada ecológica, menos desperdício, da exploração agrícola ao consumidor, menos riscos ambientais, alinhando-se na estratégia “Do Prado ao Prato”, mais segurança, qualidade dietética e diversidade organoléptica, chegando-se à produção e incorporação nos alimentos de moléculas protectoras da saúde, como já hoje se indicia, nos alimentos funcionais e terapêuticos, constituindo-se uma pequena revolução dentro da nova revolução verde.

Falávamos de duas importantes feiras agrícolas que se realizam na área de intervenção da DRAPLVT. Es-

Estamos perante uma região cada vez mais desenvolvida na actividade agrícola?

A FNA e a Agroglobal ocorrem na região de Lisboa e Vale do Tejo com um impacto nacional e internacional, cativando muitos agentes do sector agrícola e das fileiras agroindustriais. São uma oportunidade para conhecer uma vasta panóplia de novidades ao nível do conhecimento, factores de produção, máquinas, equipamentos e tecnologias produtivas e agroindustriais, culturas emergentes, soluções inovadoras de mercado, oportunidades de internacionalização, etc. A agricultura na região, embora muito diversificada, está especialmente marcada pelo carácter empresarial e organizado de parte importante da economia agrícola. Existem, todavia, muitos tipos de empresas agrícolas, desde a mais internacionalizada e de maior dimensão e integração, até uma agricultura de complementaridade social, numa diversidade onde a agricultura familiar se insere a vários níveis, assumindo papel relevante.

Esta diversidade levanta que tipo de questões?

Questões sobre a dimensão da escala operativa e agregação de esforços que encontram nas diversas formas de cooperação empresarial, nomeadamente associativas, cooperativas e de organizações de produtores, a resposta necessária que urge continuar a fortalecer. De realçar o novo enquadramento criado para agrupamentos de produtores, orientados para multiprodutos. Esta concentração de esforços, geralmente associada à concentração da oferta, estende-se hoje a muitos outros campos, como a investigação, em parcerias e redes vastas, a assistência técnica e o mercado de serviços, nos aspectos tecnológicos e comerciais. No que concerne a concentração da oferta, numa dicotomia já muito antiga, entre

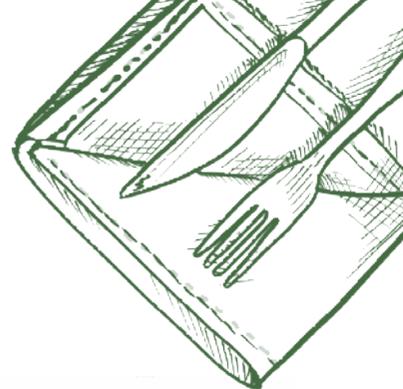
produtores agrícolas e sector comercial, com tensões sobre as margens comerciais respectivas, a ser sempre objecto de regulação para um comércio mais justo, serão de referir novas perspectivas. Por exemplo, o comércio electrónico encurtando circuitos e, também, iniciativas de parcerias entre a grande distribuição e as organizações agrícolas, num investimento e conhecimento mútuo que abre importantes oportunidades, nomeadamente na exportação de produtos nacionais, dado o carácter multinacional crescente da grande distribuição. Podemos recorrer aos dados do último recenseamento agrícola para comprovar a importância e relevância da agricultura na região de Lisboa e Vale do Tejo. Por exemplo, ao nível do Valor da Produção Padrão Total (VPPT), valor monetário médio da produção agrícola, o Ribatejo e Oeste contribuiu com 22,9% para o valor nacional que ultrapassou os 6,7 mil milhões de euros em 2019 (+45,7% que em 2009).

A DRAPLVT tem a preocupação de promover as boas práticas agrícolas junto dos agricultores?

A forma como as sociedades promovem certas práticas transversais de gestão, passa por controlo à execução dos respectivos normativos, apoios para a sua implementação, incluindo majorações e prioridade para os investimentos respeitadores dessas práticas, bem como acções de informação sobre as mesmas. A DRAPLVT tem atribuições na gestão de apoios, via Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), tem funções no controlo, mediante acções de licenciamento e de controlo específico, sobretudo no âmbito do primeiro pilar da PAC, mantém um esforço informativo através de vários canais. Grande parte do esforço informativo, de aconselhamento e assistência, encontra-se, há vários anos, externalizado, contando com a dinâmica das organizações do sector que recebem apoios neste âmbito. Interessa continuar a potenciar as sinergias entre ambiente e agricultura, não só num vetor conservacionista, mas também mediante um desenvolvimento tecnológico como a agricultura de precisão e todas as outras metodologias e avanços que podem contribuir. As questões ambientais necessitam tanto de inovação tecnológica, quanto de gestão conservacionista. No aspecto do controlo específico efectuado pela DRAPLVT, refiram-se, nomeadamente, a verificação de cumprimento das regras da condicionalidade, requisitos legais de gestão e boas condições agrícolas e ambientais, bem como, de forma mais lata, todos os pontos respeitantes ao uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos na exploração agrícola, que constam da lei 26/2013 e no plano de controlo da produção primária, utilização de lamas em solos agrícolas, explorações em zona vulnerável do Tejo, entre outras vertentes. Refira-se, também, a verificação do cumprimento da legislação relativa a culturas abandonadas com notificação dos proprietários de pomares abandonados e alertas



VITACRESS
Naturalmente



NOVA

Salada Italiana

COM MASSA E MOLHO PESTO



INCLUI GARFO E MOLHO
**PRONTA
A COMER!**
INCLUI GARFO E MOLHO



VITACRESS.PT



aos proprietários com pomares menos cuidados, sobre o risco de propagação de doenças, como seja o fogo bacteriano em macieiras e pereiras. Assim como, o controlo da implementação dos protocolos fitossanitários estabelecidos entre a autoridade fitossanitária portuguesa, a Direcção Geral de Alimentação e Veterinária e as autoridades fitossanitárias dos países terceiros importadores das nossas pêras e maçãs, uvas, ameixas, etc.

E na área dos licenciamentos?

Destaca-se o licenciamento das explorações pecuárias, com nota relevante sobre o bem-estar animal e os seus efluentes. É reconhecida a importância económica e social das actividades agropecuárias e do esforço desenvolvido pelas empresas para responderem ao enquadramento legislativo. No entanto, persistem ainda problemas ambientais em algumas das bacias hidrográficas. Neste aspecto, será de referir as expectativas existentes sobre a ENEAPAI 2030 (Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais) que equaciona, de forma sistémica, esta questão, onde as partes interessadas, sem distinção, têm um papel e um contributo decisivo para a solução.

Como tentam manter a proximidade com os produtores da região?

A DRAPLVT, por inerência das suas funções de proximidade regional, é um organismo de contacto constante com empresários agrícolas, florestais e do mar, mas, também, com empresários no comércio e indústria, agrícola e alimentar.

Trata-se de informar e aplicar orientações nacionais e ainda, de recolher junto dos destinatários a informação que deve ser veiculada para o nível nacional. Estamos presentes em diversos eventos do sector, num esforço de compreensão dos agentes locais e suas necessidades, bem como sempre que possível, contribuindo para a reflexão e acção sobre os problemas e oportunidades regionais. Com a globalização, o ritmo tecnológico e as necessidades ambientais e dietéticas crescentes, o esforço dos serviços públicos necessita de ser cada vez maior e mais abrangente. O envolvimento dos utentes e as suas organizações na reflexão, a todos os níveis geográficos, constitui peça dum diálogo para racionalização e simplificação burocrática, mas também, numa forma mais geral, para uma administração pública mais social e economicamente integrada, devendo consubstanciar-se em mecanismos do dinâmico planeamento participativo moderno. O diálogo com as organizações associativas e organizações de produtores deve ser complementado com interface com novas instituições do ecossistema de inovação, como os centros tecnológicos, centros de competências e laboratórios colaborativos, numa articulação entre o regional e o enquadramento nacional e suas instituições, a ambos os níveis. Neste aspecto, e muito na óptica do movimento de reforma administrativa denominado Nova Governança Pública, as instituições devem entender-se como elementos de redes colaborativas vastas, onde a inovação não pode faltar, ao serviço do sector e na própria administração pública. Na DRAPLVT, por exemplo, estamos a desenvolver uma parceria com o Instituto Politécnico de Setúbal para a criação dum modelo de

monitorização dos freáticos do vale do Tejo. Os conceitos de *benchmarking*, *rankings* orientadores da situação dos sectores, planeamento participativo e prospetiva, antecipatória e activa, ganham um novo conteúdo na relação com outras regiões líderes, nomeadamente a Califórnia, com a qual temos mantido partilha de conhecimento e experiências, por força de cruciais similaridades em termos agrários, fomentando o diálogo com organizações empresariais da nossa região, para além daquela que mantemos, diariamente, com as outras regiões agrárias portuguesas.

Tem havido novos investimentos na região?

Aferindo, nomeadamente, pela procura de apoios do PDR constata-se a prevalência do investimento no sector, sendo que no âmbito deste foram apoiadas mais de 3.800 candidaturas da nossa região, correspondentes a investimento elegível de 616 milhões de euros e uma ajuda pública de 377 milhões. A este propósito, importa dizer que o PDR tem uma taxa de compromisso de 102% e 78% de execução. O melhor desempenho a nível nacional e dos melhores a nível europeu. Dada a extrema importância da água e regadio, num tipo de clima com singularidades como o nosso, de Verão seco (este tipo de clima abrange apenas 3% do território mundial, já que o mais habitual é a coincidência entre estação quente e estação húmida), importa referir o nosso acompanhamento deste assunto, nomeadamente os vultuosos investimentos

públicos em curso nas duas barragens de Alvorninha e Caril, em gestão pela DRAPLVT. Não podemos deixar de realçar a extrema importância do desenvolvimento do regadio, nomeadamente nos aspectos de regularização do Tejo e acção contra o avanço da cunha salina, bem como a nossa acção de promoção de novos regadios, em parceria estreita com autarquias da região que se empenham de forma admirável nesta questão agrária. A expectativa sobre a nova PAC é grande, até porque o orçamento da União Europeia proporcionou a Portugal um acréscimo de recursos (mais 4% que o ciclo anterior). Após três anos de negociações, foi fechado o acordo para a reforma da Política Agrícola Comum. Esta era uma das principais prioridades da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia. Foram seis meses de negociações muito intensas, que se traduziram num acordo determinante. Esta nova PAC irá conjugar-se com uma visão a longo prazo, pensada para a década, a Terra Futura – Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 que pretende nortear a estratégia e as políticas do sector.

Qual o principal problema que gostaria de ver resolvido na área da agricultura da sua zona de intervenção?

Como se costuma dizer, os problemas podem constituir oportunidades. Os caminhos da agricultura da região passam por realizar economias de escala, pelo que a organização da produção é factor crítico, num mundo globalizado de comér-



Somos especialistas em armazenamento reefer

- Armazenamento com temperatura controlada (de 0°C a 18°C / 0°C a -22°C)
- Armazém com 3.000 m², dos quais 2.000 m² dedicados a carga refrigerada
- Autorização aduaneira à exportação e Importação (Entreposto Aduaneiro)
- Controlo veterinário

Excellence in Maritime and Logistics Services

Estrada da Quinta dos Conegos 2580-465 Carregado (Portugal)
M +351 91 887 18 80 - reeferptlis@marmedsa.com

www.noatummaritime.com



cio internacional. Interessa, também, desenvolver o ecossistema de inovação e de formação e ensino de competências de gestão e tecnológicas, diversificar e segmentar produtos e serviços, nos diversos eixos da produtividade, qualidade, segurança, dietética, ambiente, responsabilidade social e especificidade, explorar novos processos de comercialização, incluindo marcas (realçando-se as certificações de denominações de origem e identificação geográfica, entre várias outras), comércio electrónico, circuitos curtos, novas formas de educação e informação ao consumidor, marketing e promoção. Para além das já referidas questões, ambientais, da água e regadio, um realce para as ameaças fitossanitárias, nomeadamente *Xylella fastidiosa* e a *Trioza eritreae*, assim como a ocorrência de novos sinais, preocupantes, de fogo bacteriano na região Oeste, acentuadas pela globalização e mobilidade internacional, num quadro de indisponibilidade e restrições a substâncias químicas habitualmente usadas na luta fitossanitária. A este propósito refira-se que a DRAPLVT não só tem competências no apoio à luta fitossanitária, bem como no controlo fitossanitário (e na qualidade alimentar) das importações e exportações, incluindo presença permanente nos portos da região e aeroporto de Lisboa. Trata-se de uma função crucial, que visa assegurar a qualidade e sanidade das importações e, também, a continuidade da aceitação das nossas exportações em mercados externos.

Falamos de uma área que abarca perto de 60 Organizações de Produtores. Estas queixam-se de excesso de burocracia e de alguns entraves à sua actividade. Que comentário faz?

A burocracia e os custos de contexto são um dos graves problemas das sociedades modernas, nas quais o nível de confiança social não tem, quiçá, acompanhado a crescente complexidade organizacional e ritmo de inovação. A solução passa por desenvolver, ainda, os preceitos da tradicional administração

pública, de tipo Weberiano, nomeadamente tendo normativos cada vez mais claros e razoáveis, juntando-lhe as exigências do movimento apelidado de “Nova Gestão Pública”, com análises de performance e simplificação de burocracia, cingindo-se ao essencial, numa análise dos custos e benefícios de cada item a controlar. De realçar a criação, nesta DRAP, da Divisão de Organização de Produção, orientada exclusivamente para Organizações de Produtores e respectivos Programas Operacionais, tendendo a uma especialização crescente. No que concerne aos 25 Programas Operacionais activos, em 2020, na área geográfica da DRAPLVT, estes representam quase 8 milhões de euros de financiamento às Organizações de Produtores (OP) do sector de Frutas e Produtos Hortícolas, com grande representatividade no País. Em 2018 e 2019 o regime de reconhecimento das organizações de produtores e dos seus programas operacionais foi alvo de uma auditoria da Comissão Europeia que exigiu por parte das entidades oficiais controlos reforçados, especialmente no sector das frutas e hortícolas. As 52 OP representam cerca de 500 M€ de produção comercializada por ano, nos mercados nacional e internacional. Já numa visão mais geral e na perspectiva mais próxima da mais recente tendência de reforma administrativa (“Nova Governança Pública”, posterior à “Nova Gestão Pública”), importa informatizar, nos aspectos da automatização de processos, recolha e exploração de dados e no acesso à informação. A simplificação e diminuição dos custos de contexto exige consideráveis investimentos continuados, instando a administração pública para um novo posicionamento de parceria e inovação constante, nas suas diversas vertentes. Neste aspecto, mais geral, realça-se a iniciativa ministerial do Balcão Único, no qual a DRAPLVT tem significativo papel.

Tendo em conta as sub-regiões Oeste, Ribatejo e Península de Setúbal, diria que alguma delas precisa de mais atenção neste momento devido a alguma situação em concreto?

As sub-regiões marcam a grande diversidade que constitui uma das nossas maiores riquezas. O vale do Tejo é, reconhecidamente, a zona tradicionalmente mais produtiva da agricultura nacional. Só por si tem potencial para alimentar o País, sendo hoje importante na exportação e respectivo equilíbrio da balança alimentar. As culturas industriais, nomeadamente o tomate, encontram aqui um território de excelência mundial, bem reconhecida nos mercados internacionais, ombreado com culturas arvenses, nomeadamente as de regadio, como o milho, e outras muito importantes como o olival, vinha e produção animal, nomeadamente bovinos e os emblemáticos equídeos. Já em outras zonas do Ribatejo, realçam a produção avícola, o arroz, o olival, pequenos ruminantes e floresta. O Oeste continua marcado pela fruticultura moderna e horticultura que corresponde a uma zona de primores, hoje potenciada pela tecnologia da produção em abrigo. A suinicultura, avicultura, vinha e floresta completam o quadro ainda acompanhadas pelos pequenos ruminantes e bovinicultura. Na península de Setúbal diferencia-se a suinicultura, flo-



ricultura, pequenos ruminantes e a vitivinicultura que, aliás, é transversal a toda a região de Lisboa e Vale do Tejo. Como antes se referiu, as questões fitossanitárias constituem uma grande preocupação de momento, a par de todas as questões estruturais que temos aqui já referido.

O que é que a agricultura da região de Lisboa e Vale do Tejo tem de melhor para oferecer ao País?

Esta região tem para oferecer eficiência produtiva e abastecimento alimentar, conjugado com as questões da qualidade, diversidade, especificidade, gestão do território, ambiente e coesão social. Como região com condições naturais ímpares, afirma-se com um tecido económico e social de inovação e agricultura de ponta. A sua diversidade contempla, todavia, aspectos menos ligados às grandes produções e à competitividade comercial que são igualmente importantes. No extremo da falta de condições naturais propícias para a agricultura, encontram-se zonas em que a ocupação do território, as alternativas rurais à agricultura, o ordenamento florestal, o cadastro, a gestão da floresta e a questão dos fogos passam para a primeira linha, embora sejam questões transversais de forma mais mitigada. Enorme gama de produtos de grande qualidade e de especificidade, expressam um sistema empresarial dinâmico, mas, igualmente, uma estrutura humana e institucional de elevado nível. Os aspectos competitivos tornam-se sinérgicos com a multiplicidade de aspectos que uma

sociedade moderna, de criação e aprendizagem constante, tem de considerar. Desde há muito se sabe, nomeadamente com os estudos pioneiros sobre o desenvolvimento de certas regiões italianas, passando pelas experiências das empresas das novas tecnologias, sucedidas a nível global, que o equilíbrio entre as dinâmicas concorrenciais e as dinâmicas colaborativas e cooperantes constitui condição de sucesso competitivo e evolução das regiões. Estamos a falar, por exemplo, do aspecto decisivo do associativismo, cooperação entre empresas, organização da produção, redes colaborativas de inovação, diálogo institucional, plataformas e parcerias comerciais. Chegou a cunhar-se o neologismo “coopetição” para expressar esta necessidade imperiosa para o desenvolvimento das regiões e dos países, expressão duma responsabilidade pessoal e espírito positivo de equipa que, em larga medida, faz a diferença de desenvolvimento entre as nações. A diversidade conjuga hoje, também, especialmente bem com dinâmicas como a crescente diferenciação de produtos, as necessidades de ocupação do território, a inclusão social, o desenvolvimento de novas formas de comercialização e nova relação ente o consumidor urbano e um mundo rural continuamente redescoberto, nos seus fundamentais valores alimentares, económicos, sociais, ambientais e culturais. O mundo rural, pela diversidade e complexidade, lidera a sociedade, na procura dos equilíbrios complexos, fundamentais para as civilizações modernas. ●

Proteção de largo espectro, produção sem resíduos

- Efeito inibitório sobre insectos e fungos
- Ação imediata e boa persistência
- Melhor aderência e homogeneidade da calda de tratamento




asfertglobal
O nascer de uma nova Agricultura

mais informações em
asfertglobal.com

